

ELEIÇÕES

Falta combinar com estados

Se no plano nacional MDB e PSDB estão ajustados por Simone Tebet, no âmbito local há dificuldades e rejeições ao acordo

» DENISE ROTHEMBURG
» VINICIUS DORIA

O acordo que viabilizou o apoio do PSDB à coligação com MDB e Cidadania em torno da candidatura da senadora Simone Tebet à Presidência da República está longe de representar uma solução pacífica para a relação entre os partidos. Nem bem terminou a reunião da Comissão Executiva tucana, na última quinta-feira, as reações ao acordo começaram a aflorar em vários pontos do país, por causa das dificuldades que uma coligação nacional provoca nos arranjos estaduais preestabelecidos.

O caso do Rio Grande do Sul é emblemático, mas não é o único. Também houve chiadeira em São Paulo, em estados do Nordeste e defecções assumidas no próprio domicílio eleitoral de Tebet, o Mato Grosso do Sul.

A decisão do MDB de ceder a candidatura ao governo do Rio Grande do Sul para o tucano Eduardo Leite descortinou a divisão do partido no estado. “Se o Gabriel quiser ser candidato a vice de Eduardo Leite, vamos à convenção com a candidatura de Cesar Schirmer”, ameaçou o ex-ministro do Desenvolvimento Social e deputado federal Osmar Terra (MDB-RS), referindo-se a Gabriel Souza, atual pré-candidato ao governo gaúcho pelo MDB, e ao vereador de Porto Alegre César Schirmer, ex-prefeito de Santa Maria.

Terra embarcou ontem mesmo para Porto Alegre, com o objetivo de tentar brecar o acordo entre Leite e o MDB gaúcho. “O MDB é quem tem maior estrutura. Se o PSDB quiser ter candidato, é um direito dele, mas isso não

Jefferson Rudy/Agência Senado



Simone Tebet corre o risco de não ter palanques em estados fundamentais para que sua candidatura presidencial ganhe consistência

quer dizer que o MDB apoiará. Vamos à convenção”, disse Terra.

O ex-ministro da Cidadania de Jair Bolsonaro (PL) é um dos principais entusiastas da reeleição do presidente e vê no acordo da terceira via um impedimento para atrair emedebistas aos palanques bolsonaristas já montados para a disputa pelo governo estadual — casos do ex-ministro do Trabalho Onyx Lorenzoni (PL) e do senador Luiz Carlos Heize (PP).

Na segunda-feira, os tucanos gaúchos vão anunciar formalmente a pré-candidatura de Leite ao governo do estado, chanceada pelo presidente nacional do MDB, Baleia Rossi (SP), e por representantes do partido no Rio Grande do Sul, como o ex-governador Germano Rigotto. Caso o acerto das cúpulas partidárias se confirme, os emedebistas indicarão o candidato a vice.

Só falta, porém, combinar com os protagonistas locais.

Em visita ao balneário de Tramandaí, Gabriel Souza avisou que não está disposto a abrir mão da pré-candidatura. “O tempo tem mudado bastante, mas o que não mudou é a minha situação: sou pré-candidato a governador pelo MDB. Estamos trabalhando num plano para o Rio Grande entrar em um novo ciclo, o do desenvolvimento econômico, social e tecnológico”, publicou numa rede social.

13

DE JUNHO

é a data do lançamento da pré-candidatura do tucano Eduardo Leite ao governo gaúcho

Nem com Lula aliados decolam

» VICTOR CORREIA

Apesar de o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) manter sua força eleitoral no Nordeste, isso não tem sido capaz de fazer com que candidatos locais do PT e de partidos aliados despontem nas pesquisas. Isso porque, conforme as pesquisas de opinião, nos três maiores colégios eleitorais da região os pré-candidatos apoiados pelo petista não apresentam bom desempenho.

Na Bahia, Jerônimo Rodrigues (PT) ocupa o segundo lugar na pesquisa RealTime BigData, divulgada na última quinta-feira, com 18% das intenções. Porém, está muito atrás do primeiro colocado, o ex-prefeito de Salvador ACM Neto (União Brasil), com 56% das intenções de voto.

No Ceará, a disputa pelo governo é liderada pelo bolsonarista Capitão Wagner (União Brasil). O PT ainda não tem candidato próprio no estado, mas tenta sustentar uma estremeçada aliança com o PDT regional

— controlado pelos irmãos Ciro e Cid Gomes, e que ocupa o segundo lugar nas pesquisas eleitorais.

Ainda não há definição do nome a ser lançado pelo PDT ao governo cearense, se será o ex-prefeito Roberto Cláudio ou a atual governadora, Izolda Cela. Em reunião tensa entre os partidos na última quinta, o deputado federal José Guimarães (PT-CE) deixou claro que seu partido não apoiará o nome de Roberto Cláudio.

Já em Pernambuco, é o “excesso” de apoio de Lula. O presidenciável deixou claro que a candidatura apoiada pelo PT é a do deputado federal Danilo Cabral (PSB-PE) — que, aliás, ocupa o quinto lugar nas pesquisas locais, com modestos 8% dos votos. Quem lidera é a deputada federal Marília Arraes (Solidariedade-PE), que deixou o PT neste ano, mas usa a imagem de Lula em sua campanha ao Palácio do Campo das Princesas.

O ex-presidente até que não vê problema nisso. Para ele e outros membros de sua

Ricardo Stuckert



Força eleitoral de Lula não alavanca nomes de petistas e de aliados na Bahia, no Ceará e em Pernambuco

campanha, quanto mais palanques, melhor. Porém, o PSB de Pernambuco quer a exclusividade no uso da imagem de Lula, temendo que o atrelamento de Marília ao petista desidrate Cabral definitivamente.

Liderança

No Rio Grande do Norte,

primeiro destino de Lula na semana que vem, os petistas lideram a disputa. A atual governadora, Fátima Bezerra (PT), caminha para a reeleição com cerca de 38% das intenções de voto.

Em Alagoas, há um tripla empate técnico, segundo o levantamento do Paraná Pesquisas divulgado também na última

quinta-feira: o senador Rodrigo Cunha (União Brasil), com 26,9% e o apoio do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP); o atual governador Paulo Dantas (MDB), apoiado pelo PT e com respaldo do clã Calheiros, com 25,6%; e Rui Palmeira (PSD), com 24,2%. A distância entre eles está dentro da margem de erro da pesquisa, de 2,6%.

Sindicalistas torcem o nariz para proposta do PT

A proposta de revogação da reforma trabalhista, formulada sem consulta aos partidos apoiadores da pré-candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), rachou também a base de apoio sindical em torno do ex-presidente. Sindicalistas criticam o conteúdo das diretrizes para o programa de governo, elaborado pela Fundação Perseu Abramo, sob coordenação do ex-ministro Aloizio Mercadante.

Com as mais variadas visões sobre as questões trabalhistas, os sindicalistas reclamaram do uso do termo “revogação”. Para contornar as queixas, o PT e aliados solicitaram o posicionamento

das centrais sindicais a respeito do tema e farão alterações no texto conforme as sugestões das lideranças. Na próxima semana, os presidentes dos sindicatos se reunirão para construir um texto de consenso.

Até o momento, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) não se manifestou. No entanto, segundo fontes internas, não há grandes divergências quanto ao programa que foi apresentado pelo PT. A entidade tem uma proximidade histórica com o partido. Em um encontro com sindicalistas, Lula já recebeu propostas da CUT para o programa de governo.

Insatisfação

No entanto, outras centrais que apoiam a candidatura de Lula demonstram insatisfação com o texto divulgado na segunda-feira. Filiado ao PSD, o presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah, afirmou que a reforma trabalhista feita no governo Michel Temer, em 2017, é muito parecida com aquela levada a cabo em 2012, na Espanha, que foi depois revisada pelo governo do PSOE. Ele rechaçou o uso do termo “revogação” para tratar do tema.

“O termo que defendo é re-pactuar alguns temas com a área

empresarial, para o bem do Brasil”, afirmou Patah, ressaltando ser contra a volta do imposto sindical. “Não queremos a volta, e nem simplesmente rasgar a legislação trabalhista. Estamos percebendo que temos que buscar alternativa de crescimento econômico, geração de emprego, qualificação, capacitação diante dessa tecnologia avançada”, assegurou.

O secretário-geral da Força Sindical, João Carlos Juruna, por outro lado, afirmou que a antecipação do debate sobre a reforma ainda no plano de governo pode dividir os sindicatos. “Quando você fala que vai acabar com a contribuição e não coloca que o

sindicato poderá ter um financiamento decidido em assembleia, você deixa em aberto que poderá ser plural. Esse debate agora é bobagem. Tem que deixar esse debate fluir, depois, no Congresso, com o empresariado”, observou.

Partidos aliados também demonstraram insatisfação com a prévia do programa de governo e questionaram os petistas sobre a divulgação do documento antes de um acerto entre as lideranças. Houve também insatisfação com as propostas, principalmente com uso do termo “revogação” para tratar da reforma trabalhista e com os autoelogios do PT no tema do combate à corrupção.

Acerto regional ainda prevalece

Se no Rio Grande do Sul há a dificuldade de se construir um palanque para a pré-candidata Simone Tebet (MDB-PSDB-Cidadania), em dois estados nordestinos a porteira está praticamente fechada. O primeiro é a Paraíba, onde os tucanos lançaram Pedro Cunha Lima, que ensaia uma aproximação com os aliados do presidente Jair Bolsonaro. Já o MDB aposta no senador Veneziano Vital do Rego, apoiador declarado da candidatura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Palácio do Planalto.

O segundo é Alagoas, cujo pano de fundo é a briga entre dois pesos-pesados da política nacional. De um lado, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP), que atua intensamente para inviabilizar a coligação entre MDB e PSDB.

Ele trabalha pela indicação da deputada estadual tucana Jô Pereira para compor chapa com o senador Rodrigo Cunha (União Brasil), candidato ao governo. A aliança era vista como estratégica para enfrentar o representante do grupo do senador Renan Calheiros, o governador Paulo Dantas (MDB).

Irritados com o acordo da terceira via, os presidentes do PP e do União Brasil — o ministro chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira (PI), e o deputado Luciano Bivar (PE), respectivamente — anunciaram que vão implodir outro acordo estratégico: o apoio ao governador de São Paulo, Rodrigo Garcia, do PSDB.

Joia tucana

O PSDB tenta construir uma ampla aliança em torno da reeleição de Garcia e, assim, garantir a hegemonia no estado, que dura mais de duas décadas. Como União Brasil e PP fazem parte da base de apoio do governador, as declarações dos presidentes não foram bem recebidas pelas respectivas bases.

Garcia também agiu rapidamente para dar ares de blefe ao movimento dos presidentes de PP e União Brasil: no mesmo dia em que a Comissão Executiva do PSDB anunciou o apoio a Tebet, o governador nomeou para a Secretaria de Transportes Metropolitanos Marco Antônio Assalve, indicado pelo presidente do PP no estado, Guilherme Mussi. Garcia também trabalha para que o presidente da Câmara de Vereadores de São Paulo, Milton Leite, do União Brasil, mantenha o apoio a sua candidatura.

Nem no Mato Grosso do Sul, estado de Simone Tebet, há harmonia entre os dois principais sócios da terceira via. O MDB lançou André Puccinelli, líder das pesquisas de intenção de votos, ao governo local. Os tucanos apostam em Eduardo Riedel (PSDB), que montou um arco de alianças de centro-direita e promete dar palanque à reeleição de Bolsonaro. Nenhum dos dois admite deixar a disputa.

O PSDB comanda o estado com Reinaldo Azambuja, que tem como secretário de Governo o marido de Tebet, Eduardo Rocha. Ele disse que conta com o apoio dos dois partidos à candidatura da terceira via, mas reconhece que haverá defecções por causa da força do bolsonarismo no estado.

O próprio MDB, aliás, apoia a candidatura da ex-ministra da Agricultura Teresa Cristina (PP) ao Senado, favorita para ocupar a única vaga em disputa.

“Não vai ter divisão, as pessoas são livres para apoiar quem quiser”, disse Azambuja, já prevendo que as questões locais estarão acima do acordo nacional entre MDB e PSDB.

Por sinal, para o dia 20 Bolsonaro agendou uma visita ao estado para anunciar o apoio dos dois partidos a sua reeleição. (DR e VD)